The rebellion of Pinto Madeira in Ceará:

Considerations about the formation of the State

Danielly de Jesus Teles[1]

A revolta de Pinto Madeira no Ceará:

Considerações sobre a formação do Estado

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: daniellyteles28@gmail.com

Resumo:

A presente nota pretende discutir alguns objetivos e hipóteses da pesquisa de mestrado “No Ceará contra o Império: a revolta de Pinto Madeira (1831-1834)”. Propomos fazer um breve balanço da produção historiográfica a respeito do episódio e discutir a possiblidade de pensarmos a revolta em concatenação com a construção violenta do Estado nacional no Brasil.

Palavras-chave: Pinto Madeira; Estado nacional; Ceará.

Abstract:

This present note intends to discuss some goals and hypotheses of the masters research “In Ceará against the Empire: Pinto Madeira’s revolt (1831-1834)”. We propose to make a short balance of the historiographic production about the episode and to discuss the possibility of thinking the revolt in connection with the violent construction of the national State of Brazil.

Keywords: Pinto Madeira; National State; Ceará.

A presente nota intenta discutir alguns objetivos e hipóteses da pesquisa de mestrado intitulada "*No Ceará contra o Império: a Revolta de Pinto Madeira (1831-1834)",* em desenvolvimento no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. O líder do movimento, Joaquim Pinto Madeira, um ex-coronel de milícias que integrou forças repressivas aos movimentos liberais na região norte do Império, escreve no auge dos embates uma proclamação que julgamos disparadora de algumas ideias que discutiremos ao longo do texto:

> Brasileiros! É chegada a época da nossa renegeração politica! Epoca que malvado liberaes vão ser punidos de tão horrorosos crimes por elles perpetrados. Brasileiros! Estou em campo; reuni-vos a mim, e vamos desaffrontar a nossa honra, honra tão manchada por essa vil escoria de sevandijas, que com o titulo de liberaes tem feito viva guerra á religião e ao throno do melhor dos Soberanos. Brasileiros! Nem mais um dia devemos esperar e mostraremos ao mundo inteiro o nosso ressentimento quanto ao extraordinario insulto feito ao nosso adorado Imperador, o Senhor D. Pedro I no sempre execravel dia 7 de Abril! [...]Estou á vossa frente com tres mil e oitocentos heróes bem armados e municiados, [...] Villa do Crato, em 2 de Janeiro de 1832. Pinto Madeira. (NOGUEIRA, 1894, p. 15).

Ocorrida na região do Cariri cearense, entre os anos de 1831 e 1832, a revolta de Pinto Madeira preocupou não só o governo da província do Ceará, mas também as autoridades imperiais assentadas no centro-sul do império. Procuramos, na pesquisa em andamento, compreender os fatores que ajudaram a deflagrar este movimento que evidencia não só as relações sociais estabelecidas e a cultura política do Ceará à época, mas também a arquitetura de poder que se desenhou na relação da província com a corte. O recorte temporal estabelecido inicia-se no ano de 1831, quando das primeiras articulações de Pinto Madeira e do religioso Antônio Manuel de Souza, visando a engajar a população do Cariri na causa restauradora, e vai até 1834, ano da condenação à morte do coronel e líder da revolta, Joaquim Pinto Madeira.

Acenamos para a importância de entender a revolta, seu *lócus* de desenvolvimento e os homens que nela se engajaram – seja na participação como revoltoso ou como agente repressivo –, levando em conta o contexto de crise política que permeou o Primeiro Reinado e o início da Regência, encarado por nós como parte da conflituosa construção do Império do Brasil. Para tanto, discutiremos brevemente algumas obras que se debruçaram sobre o episódio e questões teóricas que nos ajudam a pensar as especificidades do momento no qual eclodiu a revolta.

O regime constitucional monárquico contou com a adesão de diversos setores da sociedade, mas logo as fraturas do pacto vieram à tona e seus efeitos puderam ser sentidos ainda no decorrer do Primeiro Reinado, marcado por tensões políticas que, sobretudo após 1826, criaram um verdadeiro campo minado para o governo de Pedro I e seus aliados. Havia no final da década de 1820 uma queda de braço do monarca com o Legislativo, gastos bélicos e desgastes proporcionados pela Guerra da Cisplatina, além do demasiado envolvimento de Pedro I com os problemas de sucessão no trono português. No desenho do quadro conflituoso, o imperador se viu cada vez mais pressionado. Todos esses fatores contribuíram para que ficasse cada vez mais difícil a sustentação do trono.[2] Em meio à crise, o monarca Pedro I abdicou em favor de seu filho, Pedro II, sem idade legal para assumir o trono, em 7 de abril de 1831.

Diante das tensões políticas geradas pela vacância do trono, movimentos de protesto, de diversas matrizes ideológicas, eclodiram em todo o Império. Em vista disso, estudar as mobilizações que contaram não só com a participação, mas com as reinterpretações da população mais pobre é fundamental para termos dimensão da marca que esses atores sociais imprimiram no tempo e na história da construção do Estado nacional. Assim, a saída de Dom Pedro I inaugurou um período de experimentação política, que pode ser observado tanto nas desordens como nas insubordinações que aconteceram em todo o território.

Nossa pesquisa procura discutir justamente um movimento que se deu no bojo desse período, caracterizada por Marco Morel como um "laboratório político",[3] no qual, segundo o autor, o futuro estaria em aberto. Os projetos enquadrados como "caramurus" estavam posicionados à direita no campo político e, em alguns momentos, como é o caso da Revolta de Pinto Madeira, chegaram a nutrir anseios restauradores.[4]

Assim, o contexto, encarado por nós não como um elemento condicionante, mas como uma agenda propositiva para entender as motivações da revolta, nos

2 JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias.* São Paulo: SENAC, 2000, p. 126.

3 Discussão em: MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2003.

4 BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1834). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, vol. II.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 61.

permite entender que a construção de um novo arranjo político pós-independência precisa ser encarado como um processo não linear, que não superou de imediato a organização anterior da política e da administração do território, bem como não se desenrolou de forma pacífica.[5] Esse entendimento lança luzes que nos ajudam a perscrutar por quais caminhos se construiu a possibilidade de que alguns grupos no Império se posicionassem em favor da causa restauradora.

Dito isto, após a reviravolta no cenário nacional, alguns moradores da vila do Jardim, unidos a Pinto Madeira e ao padre Antônio Manoel de Souza, mobilizaram-se e formaram uma milícia sertaneja no sertão cearense.[6] Após algumas vitórias de Pinto Madeira e seus aliados, a Regência se mostrou muito preocupada, tanto com o prolongamento da revolta, quanto com seu viés restaurador. Em virtude do quadro instável, e após várias medidas buscando desmobilizar o movimento, Pinto Madeira, o padre Antônio Manuel de Souza e cerca de três mil "cabras"[7] renderam-se ao coronel enviado pelo Governo Regencial, Pedro Labatut,[8] sob a promessa de preservação de suas vidas.

Apesar da rendição negociada, um número de homens significativo foi morto. Madeira e o padre Antônio Manuel de Souza foram conduzidos presos ao Recife, onde permaneceram por cerca de um ano na Fortaleza do Brum.[9] Do presídio, eles deveriam seguir para a corte. No entanto, segundo regras do Código do Processo Criminal,[10] de 1832, o réu deveria ser julgado no local onde havia sido instalado o processo, e isso fez com que o presidente da província do Ceará à época, José Mariano de Albuquerque Cavalcante, articulasse a volta de Madeira ao Ceará em

5 O exemplo dos Conselhos Gerais de Província nos mostra essa relação dialética no campo da administração. Ver: SLEMIAN, Andréa. Pelos 'negócios da província': apontamentos sobre o governo e a administração no Império do Brasil (1822-1834). *Outros Tempos*, n. 27, São Luís, 2019.

6 BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *A rebelião de Joaquim Pinto Madeira:* fatores sociais e políticos*.* Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1979, p. 34-35.

7 O termo "cabras", muito utilizado pela bibliografia a respeito da revolta, foi problematizado por Ana Sara Cortez Irffi, no sentido de que o termo, claramente racista, parte de uma hierarquia de cor. Ver: IRFFI, Ana Sara Cortez. Pinto Madeira e seu exército de 'cabras': conflitos políticos e sociais no Cariri cearense pós-independência. *Clio*, n. 35, Recife, 2017.

8 Durante o processo de independência na Bahia, Dom Pedro I envia à cidade de Salvador uma divisão naval, parte das tropas enviadas de Lisboa. Essa divisão era comandada pelo general Pedro Labatut. Ver: SANTOS, Cristiane Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro:* a leitura do processo de independência do Brasil*.* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017, p. 192.

9 SOUZA, Simone (coord.). *História do Ceará.* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará: Fundação Demócrito Rocha, 1989, p. 153.

10 Artigo 257 do Código do Processo Criminal de 1832.

1834. Por sua vez, o padre Antônio Manuel de Souza foi poupado da viagem, por conta de sua saúde delicada.[11]

O julgamento de Pinto Madeira foi conduzido por um de seus antigos inimigos, o juiz José Victoriano Maciel. Segundo Brito, as testemunhas de defesa de Pinto Madeira sequer foram ouvidas durante o julgamento, sendo muitas delas espancadas na saída.[12] A punição foi exemplar, condenando Pinto Madeira à forca pelo crime de assassinato. Ao réu, segundo Irineu Pinheiro, foi negado o direito de recorrer ao veredito. Diante da situação, Madeira alegou a condição de militar e pediu que a sentença fosse convertida em fuzilamento, pedido que foi atendido.[13] Ao pé da forca, construída às pressas a mando do tribunal improvisado, Madeira foi fuzilado numa região próxima à vila do Crato, em 28 de novembro de 1834.[14] O trágico fim de Pinto Madeira não se repetiu com o padre Antônio Manuel de Souza, uma vez que sobre o religioso não pesava a acusação de assassinato, mas sim a de sedição. O vigário, julgado em 19 de julho de 1837, foi absolvido por maioria absoluta em um tribunal na Vila do Crato.

Vejamos, pois, como a Revolta de Pinto Madeira foi trabalhada pela historiografia que se propôs a estudá-la. O Instituto Histórico do Ceará, fundado em 1887, na cidade de Fortaleza, foi celeiro de publicações acerca do episódio. Um de seus fundadores, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, publicou na revista da instituição, em 1894, o *Execuções de Pena de morte no Ceará*,[15] obra dividida em dois volumes. Nogueira muniu-se de diversos ofícios, cartas e proclamações que tratavam da prisão e julgamento de Pinto Madeira, e ressaltou a coragem do líder que "nunca se acovardou e portou-se sempre com altivez". Fonseca ainda classifica a execução da pena conferida à Madeira como um atentado.

Em 1943, Irineu Pinheiro, a partir de transcrições de documentos, como processos judiciais, atas das Câmaras do Crato e do Jardim, bem como requerimentos a elas encaminhados, leu a revolta em uma interpretação heroica a respeito de Pinto Madeira, que teria sido vítima de "liberais" cratenses, entre eles o presidente da

11 NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará. Período Regencial. 7º Presidente. Senador José Martiniano de Alencar. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XII, Fortaleza, 1899, p. 56-57.
12 *Ibidem*, p. 55.
13 PINHEIRO, Irineu. Joaquim Pinto Madeira e a revolução de 1832. *Revista do Instituto do Ceará,* n. 20, Fortaleza, 1932.
14 BRITO, Sócrates Quintino. *A rebelião de Joaquim Pinto Madeira:* fatores sociais e políticos. Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1979, p. 55.
15 NOGUEIRA, Paulino. Execuções de Pena de Morte no Ceará I. *Revista do Instituto do Ceará*, s/n, Fortaleza, 1894.

província quando da execução do líder da revolta, em 1934, José Martiniano de Alencar, que o condenou "facciosamente (...), em 1834, à pena capital, por júri composto por inimigos do réu".[16] Em 1963, o autor, em estudo cronológico denominado *Efemérides do Cariri*,[17] defendeu que cooperaram para a morte de Madeira uma junção de "violentas paixões políticas em conúbio com baixos interesses de ordem pessoal." As duas obras aqui citadas de Irineu Pinheiro indicam que, para o autor, a execução de Pinto Madeira foi uma vingança de José Martiniano de Alencar, antigo desafeto de Madeira, participante dos movimentos liberais de 1817 e 1824 no Ceará.

Na década de 1970, João Alfredo de Souza Montenegro se debruçou sobre esse episódio da história do Cariri cearense da década de 1830. O trabalho de Montenegro foi assentado em largo arsenal documental, como correspondências, ofícios, cartas, jornais etc., encontrados em arquivos do Rio de Janeiro e do Ceará. Na obra, o autor deu especial ênfase ao papel do catolicismo na Revolta de Pinto Madeira, sobretudo no tocante ao aliciamento da população mais marginalizada para a causa da restauração. O autor fez, sobretudo, um enquadramento da revolta em chaves localistas. Assim, sua tese foi a de que o ambiente rural apresentava precariedade de civilização e de valores morais, defendendo a completa inobservância de ideologias políticas no episódio e entendendo a população envolvida como exclusivamente alienada e fanatizada devota do Absolutismo, que teria sido manipulada pelos líderes do movimento.

No processo de crítica historiográfica, é fundamental ressaltar autores que propuseram novos enquadramentos que nos permitem pensar a inserção da Revolução de Pinto Madeira no cenário político imperial. Amaro Quintas, na década de 1980, foi o primeiro a marcar, ainda que timidamente, uma articulação entre o episódio e o quadro geral imperial. Mesmo reforçando a ideia de que o principal motivo da revolta de Pinto Madeira repousava nas rivalidades entre as vilas do Crato e do Jardim, Quintas caracterizou a revolta como um levante, afirmando que o episódio foi a primeira repercussão de largo porte do 7 de Abril.[18]

---

[16] PINHEIRO, Irineu. Joaquim Pinto Madeira e a Revolução de 1832. *Op. cit.*

[17] PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963. Apud: BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *Op. cit.,* p. 2.

[18] QUINTAS, Amaro. Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: DIFEL, 1985. Tomo II, p. 222-223.

Marco Morel,[19] ao citar a revolta de Pinto Madeira, a lê como exemplo da forma pela qual historiografia frisou um caráter de manipulação como determinante no comportamento político das parcelas mais oprimidas da população. Enxergando-os como fanatizados por ideias que nem ao menos pudessem entender, afirmando que interpretações deste tipo empobrecem a compreensão do episódio, pois não conferem aos participantes do movimento a qualidade de atores históricos.

Mais recentemente, em sua dissertação de mestrado, Keile Socorro Leite Felix[20] defendeu como chave interpretativa para a Revolta de Pinto Madeira uma integração entre a revolta e a formação do Estado nacional, ressaltando a não pacificidade deste processo. Sem deixar de enquadrar a revolta de Pinto Madeira no campo das brigas locais por poder, a autora ressalta que a revolta é fundamental para o entendimento de que o Estado nacional brasileiro foi fruto de um longo e árduo processo que envolveu amplos setores da sociedade. Ainda segundo Félix, a Revolta de Pinto Madeira é um desenrolar da Abdicação do Imperador, uma vez que estava em jogo a questão da restauração.

É necessário frisar que boa parte da historiografia a respeito do episódio evidenciou a história dos líderes da revolta. No entanto, havia outras tantas pessoas que faziam parte do grupo rebelde que não foram trazidas à luz. É fundamental que se busque entender quais motivações e aspirações levaram esses homens a se engajarem e, no limite, colocarem suas vidas à disposição da causa restauradora. Ainda que não possamos descartar a importância da dinâmica política local, urge ter em conta que o próprio contexto político do Império possibilitou a crise que se instaurou na província do Ceará. Os debelados da revolta e os que o pretenderam abafá-la estavam, cada qual à sua maneira, tentando tecer respostas à crise que se estabeleceu com o ruir do Antigo Regime. Assim, em meio a esse novo ambiente de experimentação e embates políticos, é necessário nos questionarmos sobre como ler um movimento que tinha por bandeira a restauração do trono de Pedro I.

[19] MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1849)*. *Op. cit.,* p. 37-38.
[20] FELIX, Keile Socorro Leite. *Espíritos inflamados:* a construção do Estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840). Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2010.

Podemos supor que na própria intersecção da crise se desenha a revolta. Estamos falando, portanto, de um movimento de acúmulo de experiência política,[21] pois as questões postas no episódio, como culto à personalidade do imperador, e as estratégias típicas de motins modernos[22], como aliciamento de população, dão mostras de como o período foi conturbado e experimental.

No entanto, na relação entre continuidades e rupturas, tanto na administração, quanto nas práticas e motivos de contestação, o movimento de Pinto Madeira parece ter sido propiciado pela abertura de um novo horizonte de possibilidades políticas. Assim, o futuro se desenhava e os homens envolvidos na revolta encabeçada por Pinto Madeira tentaram inscrever seus anseios no porvir político do Império do Brasil.

Propomos pensar a Revolta de Pinto Madeira em uma chave que articule especificidades locais e questões debatidas no centro-sul, que influenciaram e condicionaram a Revolta de Pinto Madeira ao seu tempo. Para tanto, estamos analisando documentações produzidas por autoridades locais, como presidentes da província do Ceará e chefes das expedições legalistas, atas das câmaras do Crato e do Jardim, que se envolveram mais abertamente no conflito, e a troca de correspondência com ministros do Império. Os arquivos nos quais estamos pesquisando são o Arquivo Nacional e a seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, o Arquivo Público do Ceará e o acervo de manuscritos e as publicações da Revista do Instituto do Ceará.

Algumas questões são fundamentais ao nos debruçarmos sobre a revolta de Pinto Madeira. Nosso intuito é pensar sua especificidade em diálogo com alguns aspectos da construção do Estado no recém-formado Império do Brasil. Para tanto, iremos expor algumas ideias norteadoras de historiadores que se dedicaram a estudar movimentos restauradores e/ou antiliberais para, à luz deles, tecer considerações que nos ajudam a pensar possíveis motivações da revolta.

Contribuição importante para entendermos a questão das resistências à modernização institucional por parte dos restauradores é a de Andréa Lisly Gonçalves,[23] que demonstra, através do perfil social dos líderes de movimentos

[21] Ver: JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.). *História da vida privada no Brasil:* cotidiano e vida privada na América portuguesa, v. 1. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

[22] Ver: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 10, p.81-95, 2000.

23 GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro*: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec, 2008.

reacionários em Minas Gerais, como se deram suas atuações em âmbito provincial. A autora afirma que o papel desempenhado pelos líderes de revoltas de caráter regressistas nas câmaras é um dos fatores que possibilitaram a mobilização da população mais pobre em torno de bandeiras restauradoras, numa tradição que pode ser considerada muito próxima à do Antigo Regime.

Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira,[24] por sua vez, analisa diversos movimentos de contestação aos liberais ocorridos em Portugal pedindo a restauração do trono de D. Miguel. A historiadora portuguesa propõe chaves de entendimento que julgamos fundamentais referenciais teóricos para nossa pesquisa. Os movimentos estudados por Ferreira são, em sua maioria, ligados a proprietários e militares locais, se acomodaram em irmandades que buscavam combater os males causados pelos partidários do liberalismo, possuem forte ligação com o catolicismo, acontecem em ambientes rurais, usam símbolos de pertencimento e fazem a defesa de uma sacralidade régia.

À questão da aparente força da religião católica na Revolta de Pinto Madeira, muito contribui o estudo das historiadoras Ana Rosa Cloclet da Silva[25] e Françoise Jean de Oliveira Souza[26] com a ideia de padre político. Segundo Silva, a consolidação do Estado nacional no Brasil monárquico se deu com combinações entre uma mentalidade cristã e o racionalismo secular, uma vez que as relações entre poder temporal e espiritual nem sempre foram congruentes e harmoniosas. Muitos clérigos, buscando resistir às normatizações encaminhadas pelo Estado nacional desde 1822, organizaram redes de sociabilidade e protagonizaram conflitos ocorridos no período.

Em sentido congruente, Françoise Souza destaca a importância do estudo acerca dos *padres políticos* na construção do Estado imperial brasileiro. Demonstrando como, desde o período colonial, por conta da atrofia da estrutura burocrático-administrativa do Estado português, a autoridade religiosa fez-se mais presente junto à população local, principalmente em locais mais afastados, em relação à presença da autoridade civil laica. Assim, o padre acabava por assumir funções que

24 FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *Rebeldes e insubmissos. Resistências populares ao liberalismo (1834-1844)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
25 SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 63 São Paulo, 2012.
26 SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial brasileiro. *Almanack Brasiliense*, n. 8, São Paulo, 2008.

extrapolavam as tarefas de natureza religiosa. Com fins explicativos, Souza destaca a existência de dois tipos de padres políticos – os liberais e os conservadores. Aqui, nos interessa particularmente o segundo tipo. A historiadora pontua que os padres absolutistas, portadores de um conservadorismo católico, eram desfavoráveis à Abdicação de D. Pedro e envolveram-se em revoltas de caráter restaurador.

A Cabanada nos ajuda ainda em outro aspecto a pensar a Revolta de Pinto Madeira. Marcus J. M. de Carvalho defende a tese de que ninguém poderia, quando do 7 de abril, prever os desdobramentos da história. Assim, o momento significou um impacto nas estruturas de poder, sendo, desta forma, uma revolução.[27] Havia, segundo o historiador, uma ligação entre os movimentos restauradores; por exemplo, o fato de Torres Galindo, um dos líderes da Cabanada, se comunicar com o Coronel Pinto Madeira por meio de cartas.[28] No entanto, para Carvalho, o que levava aqueles homens a se engajarem em revoltas restauradoras era a existência de uma malha clientelista que os unia aos que antes, por exemplo, haviam combatido os integrantes dos movimentos de 1817 e 1824.

Carvalho propõe a seguinte questão: o que significava a restauração para os cabanos? A defesa do autor é no sentido de que a volta do imperador tinha significados distintos para os grupos sociais que o defendiam. Os militares, como é o caso de Madeira no Ceará, lutavam pela sua carreira, pois, segundo o autor, a queda de D. Pedro I poderia levar um militar e sua família à miséria. Quanto à participação popular, Carvalho defende que ela foi possível graças à malha clientelista dos líderes da revolta. No entanto, e isso é fundamental, cada ponta dessa malha interpreta à sua maneira o discurso construído em torno da restauração.

Na esteira do debate apresentado nas presentes linhas, podemos questionar: as redes clientelares explicam por si o engajamento da população do Cariri cearense na revolta de Pinto Madeira? Nesse sentido, discutiremos algumas ideias que podem sugerir reflexões para pensarmos a experiência política que possibilitou um movimento conservador nos moldes aqui apresentados.

27 CARVALHO, Marcus J. M. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os 'jacubinos': a Cabanada, 1832-1935. In: DANTAS, Mônica. (org.) *Revoltas, motins e revoluções:* homens pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2011, p. 167.
28 Carvalho cita um documento epistolar no qual Garrido escreve ao coronel Joaquim Pinto Madeira, mencionando 2.500 homens que teria ao seu lado para lutar pela volta do imperador Pedro I. *Ibidem*, p. 177.

Marco Morel, como vimos, defende que uma nova cultura política se aprofunda no período regencial e que, o projeto vencedor, estudado com maestria por Ilmar Mattos,[29] difundido através de um grupo específico como ideário nacional, não foi o único a propor projetos para o Estado nacional. Assim, as disputas, sejam elas assentadas no Parlamento, na imprensa ou nas revoltas, possibilitaram, através da crise oriunda das divisões no interior das elites política e intelectual, a entrada em cena de novos atores sociais.[30] A política, e aqui temos uma ideia fundamental para a pesquisa, ultrapassa o tradicional espaço dos círculos palacianos e das instituições representativas e transborda para a emergente esfera pública.[31]

A compreensão dos caminhos da construção do Estado passa pelo entendimento das fissuras desse processo, que devem ser objeto de maior análise; pois, conforme defende Mattos,[32] a posição segundo a qual os homens que realizaram a emancipação política do Brasil representaram um elo entre os elementos portugueses e a construção unicamente assentada na continuidade de práticas e instituições não ajuda a esclarecer um processo no qual as descontinuidades e as disputas são pano de fundo que possibilita perceber também permanências significativas.

Wilma Peres Costa[33] defende que devemos entender a construção do Estado nacional no Brasil enquanto um processo com dinâmica própria, que não se reduz aos interesses políticos que se organizam em torno do aparelho administrativo. Nesse sentido, Andréa Slemian[34] chama atenção para a carência dos trabalhos que discutam o Estado à luz de uma renovação dos estudos sobre história institucional e administrativa, que leve em conta as relações sociais e suas normas estabelecidas. A autora defende que algo novo tomou corpo a partir da crise da monarquia,

29 MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema.* São Paulo: HUCITEC, 1987. Valendo-se do arcabouço gramsciano, Ilmar Mattos defende, em seu livro clássico, que a construção do Estado imperial se deu não somente no bojo de formação de uma elite burocrática, mas através das conexões dialéticas entre sua construção e a constituição de uma classe senhorial, que interviu de forma consciente nesse processo

30 BASILE, Marcello. *Op. Cit*., p. 62.

31 Para a questão acerca do espaço público ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822).* Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003. E MOREL, Marco*. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840).* São Paulo: Hucitec, 2005.

32 MATTOS, Ilmar. *Op. Cit*.

33 COSTA, Wilma Peres. Reflexões para uma história do Estado brasileiro sob a ótica da fiscalidade. In: COSTA, Frederico Lustosa da; ZAMOT, Fuad (org.). *Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública.* São Paulo: FGV Editora, 2010.

34 SLEMIAN, Andréa. À espreita do Estado: reflexões sobre sua formação a partir das Independências na América. *Almanack,* n. 13, Guarulhos.

possibilitando o surgimento de projetos, inclusive antagônicos, que participavam de um mesmo *ethos*, fruto de uma operação conjunta entre a ação de sua construção e a projeção discursiva de um futuro.

Slemian defende que o Estado só existe por um princípio de produção e representação legítima do mundo social e sua existência está longe de poder ser medida por sua dimensão institucional. A construção das províncias, por exemplo, mostra como, através do discurso da unidade, foram postas em prática uma série de reformas que pretendiam garantir uma modernização institucional.[35] Uma das medidas elucidativas dessa tentativa foi a reformulação das antigas Câmaras Municipais, que a partir de outubro de 1828, seriam corporações meramente administrativas, ou seja, sem poder de decisão sobre conflitos.[36] Essa questão é fundamental, pois no episódio da Revolta de Pinto Madeira há indícios de que as câmaras das vilas do Crato e do Jardim além de continuarem exercendo amplos poderes, rivalizaram e resistiram a parte dos mecanismos de extração de poder dentro e fora das províncias.

Podemos, assim, pensar que as câmaras municipais envolvidas no conflito estavam respondendo às formas institucionais pensadas e outorgadas pelo Estado, e são espaço fundamental da análise do conflito que, durante dois anos, fez autoridades locais e da corte preocuparem-se com o desenrolar dos acontecimentos e embates no Cariri cearense. Faz-se necessário, portanto, entender como se desenrolaram a dinâmica de disputas nessas instâncias de poder e o debate político nas províncias. Matizar essa questão é justamente entender os limites que o Estado imperial, tal como foi pensado, encontrava nos locais mais distantes do território.

Acreditamos que as ideias mencionadas são frutíferas, sobretudo para que possamos pensar a Revolta de Pinto Madeira em concatenação com a construção do Estado nacional no Brasil. Por fim, uma última consideração que é fundamental para a pesquisa. Rebelar e revelar, conforme assinala Marco Morel,[37] já tiveram, no século XIX, o mesmo sentido. A ideia, no fundo, nos diz que as rebeliões são o momento nos

35 *Idem*.
36 Como bem demonstra para a época colonial: FIGUEIREDO, Luciano. Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa. *Tempo*, n. 10, Rio de Janeiro. E para a época imperial: GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro*: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec, 2008. No contexto pós-independência, as Câmaras municipais constituem um espaço privilegiado para entender as disputas políticos da colônia americana portuguesa e do Império do Brasil.
37 MOREL, Marco. *O período das regências. Op. Cit.*

quais podemos vislumbrar como os agentes históricos reagem e propõem soluções, muitas vezes violentas, a determinadas questões e situações de conflito, como foi o caso da construção do Estado nacional, que por sua vez também se fez emergir com a marca da violência de Estado.

Nota de pesquisa recebida em 10 out. 2019.
Aprovada para publicação em 5 dez. 2019.

Referências Bibliográficas

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1834). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, vol. II.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *A rebelião de Joaquim Pinto Madeira:* fatores sociais e políticos. Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1979.

CARVALHO, Marcus J. M. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os 'jacubinos': a Cabanada, 1832-1935. In: DANTAS, Mônica. (org.) *Revoltas, motins e revoluções:* homens pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

COSTA, Wilma Peres. Reflexões para uma história do Estado brasileiro sob a ótica da fiscalidade. In: COSTA, Frederico Lustosa da; ZAMOT, Fuad (org.). *Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública.* São Paulo: FGV Editora, 2010.

FELIX, Keile Socorro Leite. *Espíritos inflamados:* a construção do Estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará (1817-1840). Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2010.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *Rebeldes e insubmissos. Resistências populares ao liberalismo (1834-1844)*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Além de súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 10, p.81-95, 2000.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro:* Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec, 2008.

IRFFI, Ana Sara Cortez. Pinto Madeira e seu exército de 'cabras': conflitos políticos e sociais no Cariri cearense pós-independência. *Clio*, n. 35, Recife, 2017.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa, v.1. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias.* São Paulo: SENAC, 2000.

MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema.* São Paulo: HUCITEC, 1987.

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. *Ideologia e conflito no nordeste rural (Pinto Madeira e a Revolução de 1832 no Ceará).* Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1976.

MOREL, Marco*. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840).* São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822).* Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará. Período Regencial. 7º Presidente. Senador José Martiniano de Alencar*. Revista do Instituto do Ceará*, tomo XII, Fortaleza, 1899.

_____. Execuções de Pena de Morte no Ceará I. *Revista do Instituto do Ceará*, s/n., Fortaleza, 1894.

PINHEIRO, Irineu. Joaquim Pinto Madeira e a revolução de 1832. *Revista do Instituto do Ceará,* n. 20, Fortaleza, 1932.

QUINTAS, Amaro. Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira,* Tomo II*.* São Paulo: DIFEL, 1985.

SANTOS, Cristiane Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro:* a leitura do processo de independência do Brasil*.* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 63 São Paulo, 2012.

SLEMIAN, Andréa. À espreita do Estado: reflexões sobre sua formação a partir das Independências na América. *Almanack,* n. 13, Guarulhos.

_____. Pelos 'negócios da província': apontamentos sobre o governo e a administração no Império do Brasil (1822-1834). *Outros Tempos*, n. 27, São Luís, 2019.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial brasileiro. *Almanack Brasiliense*, n. 8, São Paulo, 2008.

SOUZA, Simone (coord.). *História do Ceará.* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará: Fundação Demócrito Rocha, 1989.